

# O *MASCULINO GENÉRICO* SOB UMA PERSPECTIVA COGNITIVO-FUNCIONALISTA

## THE *GENERIC MASCULINE* FROM A COGNITIVE- FUNCTIONALIST APPROACH

Guilherme Ribeiro Colaço Mäder  
Universidade Federal de Santa Catarina

Heronides Maurílio de Melo Moura  
Universidade Federal de Santa Catarina

### RESUMO

O “masculino genérico” pode ser definido como o uso do gênero gramatical masculino para denotar ambos os gêneros (homens e mulheres). Este uso é tradicionalmente explicado pelo conceito de “gênero não marcado” – o masculino seria semântica e morfológicamente o gênero não marcado. Neste artigo, são apresentados alguns problemas dessa explicação. A hipótese que apresentamos é a de que o masculino genérico é um efeito prototípico de um processo metonímico pelo qual denotamos uma categoria (que inclui homens e mulheres) através de uma subcategoria (o gênero masculino). O gênero gramatical masculino, neste novo modelo, seria portanto considerado, em vez de “gênero não marcado”, o “gênero prototípico”.

**PALAVRAS-CHAVE:** Masculino genérico. Modelos metonímicos. Efeitos prototípicos.

### ABSTRACT

The “generic masculine” may be defined as the use of the masculine grammatical gender to denote both genders (men and women). This use is commonly explained by the concept of “unmarked gender” – the masculine would be semantically and morphologically the unmarked gender. In this paper, we present some problems within this explanation. The hypothesis we put forward is that the generic masculine is a prototype

(which includes men and women) by means of a subcategory (the masculine gender). In this new model, the masculine grammatical gender would thus be considered, rather than “unmarked gender”, the “prototypical gender”.

**KEYWORDS:** Generic masculine. Metonymic models. Prototype effects.

## INTRODUÇÃO

O masculino genérico é, resumidamente, o uso do gênero gramatical masculino para denotar o gênero humano como um todo (isto é, homens e/ou mulheres). Em português, este uso linguístico manifesta-se tipicamente em algumas situações, como:

- (a) no emprego de nomes masculinos para denotar seres humanos cujo gênero não é conhecido ou não é relevante;
- (b) no emprego de nomes masculinos para denotar conjuntos compostos de seres humanos de ambos os gêneros;
- (c) na concordância de predicados com sujeitos coordenados compostos por pelo menos um nome masculino e um nome feminino;
- (d) na concordância de predicados com pronomes que não distinguem entre os gêneros masculino e feminino.

Nos enunciados abaixo apresentamos exemplos<sup>1</sup> de cada uma das quatro situações descritas acima:

- (1) O homem é um animal da ordem dos primatas.
- (2) Os brasileiros formam uma nacionalidade ligada de forma indissociável ao Estado brasileiro.
- (3) [...] o homem e a mulher são formados pela cultura e pela sociedade em que vivem [...]
- (4) Quais são os direitos de quem foi demitido?

<sup>1</sup> <http://www.google.com>

Nos quatro enunciados acima, o gênero gramatical masculino denota não apenas o gênero masculino, mas o gênero humano, incluindo homens e/ou mulheres, conforme se infere pelo contexto de cada enunciado. Em (1), é a seleção de um nome masculino (*homem*) para denotar o gênero humano como um todo que caracteriza o uso do masculino genérico. Em (2), é a escolha de um nome masculino plural para denotar um conjunto compostos de homens e mulheres. Em (3), o masculino genérico manifesta-se na concordância do predicado no masculino (*são formados*), com um sujeito coordenado composto por um nome masculino e um nome feminino (*o homem e a mulher*). Em tese, neste caso tanto a flexão do predicado no masculino quanto a sua flexão no feminino seriam escolhas logicamente válidas. E em (4), o pronome *quem* não distingue entre masculino e feminino, mas entre humano e não-humano.

Pode-se, todavia, objetar que no enunciado em (1) o uso do nome *homem* não seja um bom exemplo de masculino genérico, pois é possível que esta palavra tenha em outros tempos significado ‘ser humano (de ambos os gêneros)’, e tenha tido o seu significado especializado para ‘ser humano do gênero masculino’ (cf. BUCK, 1949, p. 80–1). No entanto, com outros nomes observa-se o mesmo uso do masculino genérico, por exemplo, no caso de nomes de profissão:

(5) Professores evangélicos são entrave a ensino de cultura afro, diz pesquisadora.<sup>2</sup>

(6) Senador Dornelles exclui arquitetos da manutenção predial.<sup>3</sup>

Podemos considerar, pelo contexto no qual foram colhidos esses enunciados, que os nomes masculinos *professores* e *arquitetos* denotam tanto homens quanto mulheres que exercem as respectivas profissões.

O masculino genérico é tradicionalmente descrito e justificado pelo conceito de gênero não marcado<sup>4</sup>. Mattoso Câmara (1972, p. 119), na sua

2 <http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/2014-11-19/professores-evangelicos-sao-entrave-a-ensino-de-cultura-afro-diz-pesquisadora.html>

3 <http://www.caubr.gov.br/?p=34860>

4 O conceito de “marca” surgiu nos anos 1930 com Nikolay Trubetzkoy, para distinguir, em pares de fonemas, entre o elemento marcado e o não-marcado, por exemplo: *nasalizado/não-nasalizado*; *arredondado/não-arredondado*. Este conceito logo foi adaptado por Roman Jakobson e aplicado a oposições lexicais e gramaticais como nomes de animais masculinos e femininos e o aspecto perfectivo e imperfectivo em russo. Nessa perspectiva, em pares de palavras como *gato* e *gata*, *gata* porta uma marca semântica que indica gênero (feminino), enquanto *gato* carece de qualquer

análise dos gêneros gramaticais em português, afirma que

O feminino é, portanto, em português, como uma particularização mórfico-semântica do masculino, uma forma marcada pela adjunção da desinência /a/. Para usarmos a terminologia de Trubetzkoy, trata-se de uma oposição privativa, onde uma forma marcada pela desinência de feminino se afirma em face de uma forma não-marcada, ou de desinência  $\emptyset$  (zero) para o masculino.

Alguns autores mais recentes, e de orientação teórica diferente, mantêm a mesma posição. Sirio Possenti (2012) considera que

[o]s nomes com marca de gênero, em português, coincidem exatamente com os que estamos acostumados a considerar femininos. Os outros casos, todos, seriam considerados sem gênero (inclusive os nomes considerados masculinos).

José Borges (2013, p. 11) segue na mesma direção, ao dizer que

[...] há dois tipos de nomes em português – os que “marcam” artigos e adjetivos e os que não marcam. [...] O fato de que os nomes “marcantes” sejam chamados de femininos (e que os “não marcantes” sejam chamados de masculinos) é apenas uma questão de escolhas terminológicas feitas em outras épocas e lugares, a partir de outra teoria das línguas, arbitrariamente e sem qualquer respaldo da realidade.

Tanto Possenti quanto Borges apoiam-se no trabalho de John Martin (1975), que estabelece uma distinção entre “substantivos marcantes e substantivos não-marcantes”, com base na concordância no gênero masculino de predicados de sujeitos não-nominais.

Em outras línguas, o mesmo uso linguístico é descrito e defendido com base no mesmo argumento. Claude Lévi-Strauss e Georges Dumézil (1984, s/p), ao discorrer sobre o masculino genérico em francês, afirmam que

---

especificação para gênero. Por isso, *gato* pode ser usado não apenas para gatos machos, mas para gatos em geral, machos e fêmeas. Assim, a diferença entre marcado e não marcado não é entre *A* e *não-A*, mas entre *A* e *indiferença entre A e não-A* (HASPELMATH, 2006, p. 4–5; cf. também JAKOBSON; POMORSKA, 1993, p. 93–8; BYBEE, 2010).

O gênero usualmente chamado “masculino” é o gênero *não marcado*, que se pode chamar também *extensivo*, no sentido de que ele é capaz de representar por si só os elementos relativos a um e ao outro gênero. Quando se diz “tous les hommes sont mortels”, “cette ville compte 20.000 habitants”, “tous les candidats ont été reçus à l’examen”, etc. o gênero não marcado designa indistintamente homens ou mulheres. Seu emprego significa que, no caso em questão, a oposição dos sexos não é pertinente e que se pode, portanto, confundirlos.<sup>5</sup>

Em resumo, segundo esses autores, o masculino seria o gênero “não marcado”, enquanto o feminino seria o gênero “marcado”. O masculino, enquanto categoria “não marcada”, seria utilizado quando a oposição entre masculino e feminino é neutralizada, como nos exemplos citados acima (1-6).

## 1 Revendo o conceito de gênero não marcado.

Como vimos na seção anterior, o masculino genérico é tradicionalmente descrito com base no conceito de “gênero não marcado”. Esta descrição, no entanto, apresenta alguns problemas, dentre os quais elencamos três principais:

- a) nem sempre o masculino é empregado genericamente, já que em algumas línguas e em alguns contextos é o feminino que é empregado de forma genérica;
- b) nem sempre o masculino permite uma interpretação genérica, ou permite tanto uma interpretação genérica quanto uma específica (de acordo com a intenção de quem produz ou interpreta o discurso), e, mesmo quando aparentemente possibilita uma interpretação genérica, esta

5 “Le genre dit couramment « masculin » est le **genre non marqué**, qu’on peut appeler aussi **extensif** en ce sens qu’il a capacité à représenter à lui seul les éléments relevant de l’un et l’autre genre. Quand on dit « tous les hommes sont mortels », « cette ville compte 20 000 habitants », « tous les candidats ont été reçus à l’examen », etc., le genre non marqué désigne indifféremment des hommes ou des femmes. Son emploi signifie que, dans le cas considéré, l’opposition des sexes n’est pas pertinente et qu’on peut donc les confondre.” – no original em francês, tradução nossa.

tende para o masculino específico;

- c) a explicação baseada no conceito de “marca” é, de fato, uma simples descrição tautológica, desprovida de poder explicativo.

Começando pelo primeiro problema, resumido em (a), em algumas línguas não é o masculino, mas o feminino que é utilizado “genericamente”. Segundo Greville Corbett (1991, p. 220–1), em Maasai (nilótico), Seneca (e outras línguas iroquesas)<sup>6</sup> e Guajiro (aruaque)<sup>7</sup>, o gênero gramatical feminino é utilizado para a “referência indefinida a pessoas em geral”. Em Dama (coisã), “grupos mistos de homens e mulheres são referidos por pronomes femininos”:

A forma masculina [na língua nilótica Maasai] é usada apenas quando se sabe que se trata de um homem. O feminino [...] é usado tanto quando se trata de uma mulher, quanto quando o sexo de uma pessoa é desconhecido. Em Seneca, o feminino é usado para a referência indefinida a pessoas em geral – ‘people’, ‘they’, ‘one’ – e isso se estende para outras línguas iroquesas. Uma situação similar é observada em Guajiro, uma língua aruaque da península de Goajiro (Colômbia e Venezuela). [...] O Guajiro tem dois gêneros, um para humanos masculinos (com algumas exceções neste gênero, incluindo ‘sol’ e ‘polegar’) e o outro para todos os nomes restantes. É este segundo gênero que é usado quando o sexo de uma pessoa é desconhecido. E na língua Dama, da família coisã, falada na Namíbia setentrional, grupos mistos de pessoas são referidos utilizando-se os pronomes femininos.<sup>8</sup>

6 Cf. Chafe (1967, p. 13, tradução nossa): “O morfema feminino [...] denota ou um ser humano feminino, ou é uma referência a pessoas em geral [...]” – no original, em inglês: “The feminine morpheme [...] either denotes a female human being or is an indefinite reference to people in general [...]”

7 Cf. Aikhenvald (1999, p. 84, tradução nossa): “O feminino é o gênero funcionalmente não marcado nas línguas Guajiro, Añun, Lokono e Garífuna, do grupo aruaque caribe [...]” – no original em inglês: “Feminine is the functionally unmarked gender in the Caribbean Arawak languages Guaj, Añ, LAr and IC/Ga [...]”.

8 “The masculine form [in the Nilotic language Maasai] is used only when it is known that a male is involved. The feminine [...] is used both when a female is involved and also when the sex of a

Nesses casos, contudo, poder-se-ia argumentar que se trata simplesmente de línguas nas quais o feminino é o gênero não marcado, e assim o conceito de “gênero não marcado” conservaria a sua validade. Mas, mesmo por esta via, restaria buscar uma explicação para o fato de que, ainda que o “feminino genérico” seja encontrado em algumas línguas, estas são exceções numa grande maioria na qual é o masculino que cumpre esta função<sup>9</sup>. Portanto, a partir de uma perspectiva tipológica sobre as línguas que distinguem entre os gêneros gramaticais masculino e feminino, vemos que o masculino genérico, enquanto forma que desempenha a função de denotação do gênero humano, predomina sobre a outra forma possível – o feminino genérico. Este predomínio já é por si só um fato digno de atenção, pois se o uso do masculino enquanto “gênero não marcado” fosse uma questão puramente “estrutural”, desprovida de significado, seria esperado que tanto o masculino genérico quanto o feminino genérico ocorressem com uma frequência pelo menos um pouco mais equilibrada entre as diversas línguas do mundo, mas a língua é falada por pessoas, que nascem em culturas nas quais as relações de gênero não são equilibradas.

Ademais, este predomínio do masculino genérico sobre o feminino genérico não se percebe apenas na comparação entre diferentes línguas, mas também quando analisamos diferentes contextos de uso numa mesma língua. Assim, mesmo em línguas nas quais o masculino genérico é a “regra”, como no português, em alguns contextos percebe-se também o uso do feminino genérico, mas apenas em alguns casos, notadamente nomes de profissão estereotipicamente femininas, como *enfermeira*, *secretária*, *empregada (doméstica)*. Nesses casos, podem ser também utilizados nomes femininos para denotar “genericamente” os seres humanos que exercem tais

---

person is unknown. In Seneca the feminine is used for indefinite reference to people in general – ‘people’, ‘they’, ‘one’ – and this extends to other Iroquoian languages. A similar situation is found in Goajiro, an Arawakan language of the Goajiro peninsula (Columbia and Venezuela). [...] Goajiro has two genders, one for male humans (with a few ‘leaks’ into this gender including ‘sun’ and ‘thumb’) and the other for all remaining nouns. It is this second gender which is used when the sex of a person is not known. And in the Khoisan language Dama, spoken in northern Namibia, mixed groups of people are referred to using the feminine pronouns.” – no original em inglês.

9 Cf. Corbett (1991, p. 221, tradução nossa): “Ainda que o uso do feminino seja possível, é no entanto o masculino que ocorre [em função genérica] na maioria das línguas descritas.” – no original em inglês: “While the use of feminine is possible, it is nevertheless the masculine which occurs in most of the languages reported on.”

profissões<sup>10</sup>. Corbett (1991, p. 221) também observa o mesmo fenômeno em inglês:

Deve-se notar que o uso real em inglês é mais variado do que se sugere pela simples afirmação de que [o pronome masculino] *he* é utilizado genericamente; em situações onde as mulheres são particularmente visíveis, [o pronome feminino] *she* pode funcionar genericamente.<sup>11</sup>

Enfim, nem sempre é o gênero gramatical masculino que é empregado para a denotação do gênero humano, mesmo numa língua onde o masculino seria o gênero “não marcado”. Dependendo do contexto, pode ser empregado o gênero gramatical feminino para essa função de denotação do gênero humano, o que sugere que o status de categoria não marcada não seria inerente à categoria de gênero gramatical masculino, mas seria meramente um efeito do uso de uma categoria gramatical em contexto real de enunciação, em interação com outras categorias. Por exemplo:

(7) Médicos, enfermeiras e funcionários de saúde necessários para combater urgentemente o vírus da ébola, afirma a Agência de Saúde da ONU.<sup>12</sup>

(8) [...] A maioria das profissionais com esse nível de qualificação já está empregada, o que faz com que os recrutadores abordem as assistentes, como acontece na busca por executivos.<sup>13</sup>

Obviamente, no cenário descrito em (6), também serão aceitas médicas e também enfermeiros para conter a epidemia de ebola referida

10 Apenas a título de ilustração, das 33 primeiras ocorrências não-referenciais do lexema *médic-*, não há nenhuma no feminino (*médica*). O uso do masculino (*médico*), nessa pequena amostra, é categórico. Por outro lado, das 33 primeiras ocorrências do lexema *enfermeir-*, 24 estão no masculino (*enfermeiro*) e 9 no feminino (*enfermeira*); em percentuais, 72,72% no masculino e 27,27% no feminino. Dados do *corpus* do NILC/São Carlos (<http://www.nilc.icmc.usp.br>).

11 “It should be noted that actual usage in English is more varied than is suggested by the simple claim that *he* is used as the generic; in situations where women are particularly visible she can function generically.” — no original em inglês, tradução nossa.

12 <http://www.unric.org/pt/actualidade/31555-medicos-enfermeiras-e-funcionarios-de-saude-necessarios-para-combater-urgentemente-o-virus-da-ebola-afirma-a-agencia-de-saude-da-onu>

13 <http://www.valor.com.br/carreira/2694372/elas-madam-bem#ixzz3EeGIE9mf>

no enunciado. No entanto, o lexema *médic-* está no masculino genérico, e o lexema *enfermeir-* está no feminino genérico. É difícil não supor que essa escolha tenha relação com os estereótipos que circulam na sociedade. E, sobre a situação descrita em (7), em que temos dois nomes masculinos “genéricos” (*recrutadores* e *executivos*) e dois nomes femininos “genéricos” (*[das] profissionais* e *[as] assistentes*), segue-se uma observação bastante interessante logo após o trecho citado em (7):

Tanto a consultora quanto outros especialistas dizem que os processos de recrutamento acontecem quase totalmente com profissionais do sexo feminino. Segundo o Sindicato das Secretárias do Estado de São Paulo, apenas 10% dos profissionais da área são homens. Nas regiões Sul e Sudeste, a proporção não passa de 4%.<sup>14</sup>

Se o gênero gramatical masculino fosse de fato o gênero não marcado, esperar-se-ia que o uso do masculino genérico fosse categórico, mas não é o que mostram os exemplos acima. Ao contrário, eles sugerem que o efeito de gênero “não marcado” está relacionado a fatores extralinguísticos, como os estereótipos de gênero associados às diferentes categorias profissionais (o que, por sua vez, está relacionado com a proporção entre homens e mulheres nas respectivas profissões). Ademais, e provavelmente não por acaso, as profissões nas quais o feminino é usado “genericamente” estão muitas vezes em relações de poder assimétricas a outras profissões nas quais o masculino é o genérico (*enfermeira* < *médico*; *secretária* < *executivo*)<sup>15</sup>.

Passando para o segundo problema, resumido em (b), deparamo-nos com o fato de que nem sempre o masculino genérico permite uma interpretação genérica. Tomamos como exemplos algumas frases retiradas de Gouveia (1998), do português europeu:

(9) O filho que nasceu foi uma filha.

(10) O homem, em relação a outros animais, tem um útero simples.

(11) Os rapazes de Letras formam uma equipa de futebol.

14 Aliás, inclusive na denominação da agremiação profissional (*Sindicato das Secretárias do Estado de São Paulo*), identifica-se o uso do “feminino genérico”.

15 Mesmo que oficialmente não sejam mais “subordinadas” umas às outras, como no caso da relação profissional enfermeiro/a - médico/a, as tensões e as relações de poder ainda não foram totalmente eliminadas.

(12) Os cavalheiros são gentis.

(13) Os padres já raramente envergam batina.

Nas frases reproduzidas acima, ainda que deixássemos de lado aquela em (12), pois padres são, por definição, indivíduos do gênero masculino, vemos que alguns contextos simplesmente não permitem uma interpretação genérica a partir do masculino.

Além dessa impossibilidade de construir-se uma interpretação genérica do masculino em alguns contextos de uso, em outros casos o masculino pode ser interpretado tanto genérica quanto especificamente, de acordo com a perspectiva de quem profere ou interpreta um enunciado. Para ilustrar este ponto, tomamos como exemplo o caso de Carolina Beatriz Ângelo (ESTEVES, 2004), uma das primeiras mulheres a votar na Europa. Invocando a lei eleitoral portuguesa de 1911, segundo a qual podiam votar os “cidadãos portugueses com mais de 21 anos que soubessem ler e escrever ou fossem chefes de família”, ela tentou participar das eleições para a Assembleia Constituinte, mas seu pedido foi negado pelo então ministro do Interior António José de Almeida. Carolina interpôs recurso, que o juiz João Baptista de Castro deferiu com a seguinte fundamentação:

Excluir a mulher [...] só por ser mulher [...] é simplesmente absurdo e iníquo e em oposição com as próprias ideias da democracia e justiça proclamadas pelo partido republicano. [...] **Onde a lei não distingue, não pode o julgador distinguir** [...] e mando que a reclamante seja incluída no recenseamento eleitoral (grifos nossos).

Com base nessas duas sentenças divergentes, pode-se inferir que o primeiro pedido foi negado com base numa interpretação do masculino (*cidadãos portugueses*) como masculino específico. Seguindo o raciocínio, pode-se supor que o recurso foi deferido com base numa interpretação do masculino como masculino genérico, ainda mais se levarmos em conta o trecho da sentença no qual o juiz recorre à máxima “onde a lei não distingue, não pode o julgador distinguir”. Se, nesse caso, segundo o juiz que deferiu o recurso, a lei não distingue (entre masculino e feminino), supõe-se que o masculino esteja aí entendido como genérico. Curiosamente, e, ao que tudo

indica, para evitar esta ambiguidade que foi reconhecida pelos legisladores, dois anos mais tarde a lei eleitoral portuguesa foi alterada, e o novo texto dizia que “[s]ão eleitores dos cargos políticos e administrativos todos os cidadãos portugueses **do sexo masculino**, maiores de 21 anos [...] (grifos nossos)”.

E, além dessas situações em que o masculino ou não permite uma interpretação genérica, ou permite uma interpretação cuja ambiguidade pode ser usada em prejuízo das mulheres, há um outro problema: mesmo em situações nas quais o masculino parece ser utilizado genericamente, estudos experimentais realizados em outras línguas (BACKER; CUYPERE, 2012; BRIERE; LANKTREE, 1983; CHESTNUT, 2010; COLE; HILL; DAYLEY, 1983; FRIEDERICI; JACOBSEN, 1999; GABRIEL et al., 2008; GABRIEL; GYGAX, 2008; GASTIL, 1990; GYGAX et al., 2009; HAMILTON, 1988; MACKAY; FULKERSON, 1979; MADSON; HESSLING, 2001; MERRITT; KOK, 1995; MEYERS, 1990; NG, 1990; STAHLBERG; SCZESNY; BRAUN, 2001; WASSERMAN; WESELEY, 2009; WILSON; NG, 1988; WILSON, 1979) indicam que muitas vezes o gênero gramatical masculino privilegia uma interpretação específica masculina. Até o momento não encontramos estudos experimentais sobre o masculino genérico em português, mas não há por que descartar de antemão que em português o uso do masculino genérico tenha semelhanças com o mesmo uso em outras línguas.

Por último, chegando ao problema resumido em (c), o conceito de gênero não marcado pressupõe uma separação entre forma e função, restringindo a atenção do observador da língua às suas estruturas linguísticas, como se elas fossem independentes do seu uso — neste caso, como se as categorias de gênero gramatical nas línguas humanas fossem arbitrárias e imotivadas, estruturas etéreas e imutáveis, puramente formais e dissociadas do significado.

Mattoso Câmara (1972, p. 126), por exemplo, em algumas passagens de sua obra dá pouca importância à motivação semântica dos gêneros gramaticais, detendo-se principalmente nos seus aspectos morfológicos<sup>16</sup>:

---

16 Deve-se reconhecer, com justiça, que em outros momentos Mattoso Câmara trata com atenção os aspectos semânticos subjacentes à categoria de gênero gramatical.

A descrição da flexão de gênero, em português, ao contrário do que se tem feito até hoje, deve-se cingir, exclusivamente, ao seu mecanismo morfológico. Do ponto de vista semântico, basta assinalar o feminino como uma particularização significativa do masculino. É um caso, entre outros dessa particularização, a indicação freqüente das fêmeas no reino animal por meio da flexão de feminino.

A descrição do masculino genérico pelo conceito de gênero não marcado, desconsiderando o plano semântico, não faz mais do que constatar que o masculino é usado em muito mais contextos (seria menos restrito distribucionalmente) do que o feminino, e que é frequentemente usado para a denotação “genérica” de seres humanos, sem fornecer, de fato, uma explicação para esse uso, e partindo daí para uma generalização que desconsidera o uso real da língua e as exceções observadas.

Caldas-Coulthard (2007, p. 379) formula a questão num caminho semelhante, voltando a atenção às relações entre os gêneros e o uso do masculino genérico:

Uma análise que ignore as dimensões de domínio e subordinação tem pouco poder explanatório. Por outro lado, dimensões culturais irão sempre determinar o uso linguístico. As subculturas femininas e masculinas não são divorciadas de estruturas de poder.

E relembando Saussure, que já dissera que “é o ponto de vista que cria o objeto”<sup>17</sup>, podemos assim resumir o problema: a descrição do “masculino genérico” pelo conceito de gênero “não marcado” olha apenas para a forma, para a estrutura. E é por esse motivo que tal descrição é insatisfatória, pois desconsidera o uso e a função das formas linguísticas. O conceito de gênero não marcado seria, ao fim e ao cabo, apenas uma descrição do estado das coisas, uma simples constatação de que se usa o gênero gramatical masculino para denotar não apenas o gênero masculino, mas também o gênero humano, sem indagar o porquê nem apontar os mecanismos por trás desse uso, além de ignorar os casos nos quais ele

---

17 “C’est le point de vue qui crée l’objet (SAUSSURE, 1997, p. 23, cap. 3, §1, tradução nossa)”

não funciona<sup>18</sup>. Seria apenas um novo “rótulo”, carecendo de poder explanatório, e que teria ainda o efeito (intencional ou inconsciente?) de mascarar as tensões sociais no uso genérico do masculino para a referência ao humano.

Ademais, além de a defesa do masculino genérico com base no conceito de gênero não marcado não ser mais do que uma simples descrição, é uma descrição circular. Defende-se ou justifica-se o uso do masculino genérico com base no argumento de que este, em oposição ao feminino, é o gênero não marcado. As evidências evocadas para considerar-se o gênero não marcado, no entanto, são justamente as ocorrências do gênero gramatical masculino como masculino genérico.

Um critério para rotular uma variante como não marcada é precisamente que a variante em questão pode ser usada genericamente, isto é, de uma maneira que abranja variantes marcadas. No caso do gênero em inglês isto é circular: o masculino é genérico porque é não marcado, mas é não marcado porque é genérico! Não se vai mais longe do que isso com este argumento (CAMERON, 1985, p. 24).

Enfim, este último item talvez seja o mais decisivo para o fracasso do conceito de gênero não marcado na descrição do masculino genérico. Os outros itens citados seriam antes evidências do insucesso do conceito de gênero não marcado como recurso para explicar o uso do masculino genérico.

## **2 Uma tentativa de explicação do uso do masculino genérico.**

Considerando, pelos motivos expostos na seção anterior, que o conceito de gênero não marcado é inadequado para descrever e explicar o uso do masculino genérico, devemos então apontar alguma outra direção mais promissora para abordar o problema em questão. Nesta seção, apresentaremos uma outra proposta de explicação do uso do masculino

---

18 Deveríamos, ao contrário, entender explicação no sentido que Givón (1979, p. 352) dá ao termo, como relação de um objeto com algo mais profundo, e não como mera descrição formal. Através de um método puramente dedutivo, segundo o autor, não se obtém nenhum novo conhecimento. É preciso estender para o indutivo e o abduutivo.

genérico, com base no conceito de “gênero prototípico”.

O primeiro passo é descartar o conceito de “marca” como fator explicativo para o masculino genérico. Segundo Lakoff (1987, p. 60–1), *marca* é um termo utilizado para descrever uma espécie de *efeito prototípico*:

Em geral, *marca* é um termo usado pelos linguistas para descrever um tipo de *efeito prototípico* – uma assimetria dentro de uma categoria, na qual um membro ou subcategoria é considerado, de alguma maneira, mais básico que o outro (ou outros). Analogamente, o membro não marcado é o valor padrão – o membro da categoria que ocorre quando apenas um membro da categoria pode ocorrer e todo o resto permanece igual.<sup>19</sup>

Podemos, portanto, apoiando-nos no argumento de Lakoff (1987), considerar o masculino não como um caso de gênero “não marcado”, mas um caso de gênero prototípico.

O uso do gênero gramatical masculino para denotar o gênero humano seria considerado, portanto, numa abordagem cognitivo-funcionalista, uma espécie de efeito prototípico. Em outras palavras, o masculino seria o gênero “prototípico”, usado na generalização sobre uma categoria superordenada – o gênero humano.

Efeitos prototípicos, no entanto, são fenômenos superficiais, cujas causas são explicadas pelo conceito de *modelos metonímicos*.

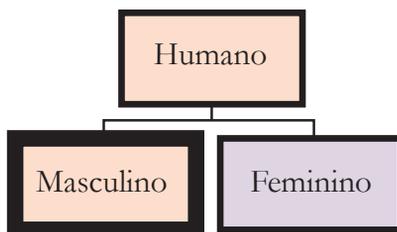
Efeitos prototípicos são fenômenos superficiais. Eles emergem quando alguma subcategoria ou membro ou submodelo é usado (no mais das vezes para algum propósito limitado e imediato) para compreender a categoria como um todo. Em outras palavras, estes são casos nos quais uma parte (uma subcategoria ou membro ou submodelo) representa a

19 “In general, markedness is a term used by linguists to describe a kind of prototype effect – an asymmetry in a category, where one member or subcategory is taken to be somehow more basic than the other (or others). Correspondingly, the unmarked member is the default value – the member of the category that occurs when only one member of the category can occur and all other things are equal” – no original em inglês, tradução nossa.

categoria inteira – no raciocínio, no reconhecimento etc. Na teoria de modelos cognitivos, tais casos são representados por modelos metonímicos (LAKOFF, 1986, p. 16).<sup>20</sup>

Assim, o gênero gramatical masculino teria um *status* cognitivo mais importante do que o gênero gramatical feminino, o que se refletiria no efeito prototípico da marcação de gênero. Esse *status* mais básico do masculino seria decorrente do uso desta categoria para denotar, metonimicamente, a categoria *humano*, isto é, o uso de uma categoria (talvez de uma categoria de nível básico<sup>21</sup> – *masculino*) para uma categoria superordenada<sup>22</sup> – *humano* (na qual a distinção masculino/feminino é posta em segundo plano e não é relevante), o que seria representado por um modelo metonímico:

Figura 1. Modelo metonímico das categorias *masculino*, *feminino* e (*ser*) *humano*



20 “Prototype effects are superficial phenomena. They arise when some subcategory or member or submodel is used (often for some limited and immediate purpose) to comprehend the category as a whole. In other words, these are cases where a part (a subcategory or member or submodel) stands for the whole category – in reasoning, recognition, etc. Within the theory of cognitive models, such cases are represented by metonymic models.” – no original em inglês, tradução nossa.

21 Consideramos que os nomes *homem* e *mulher* denotam categorias de nível básico, pelos seguintes motivos: são o nível mais alto em que os membros da categoria têm formas similares; são o nível mais alto em que uma única imagem mental reflete a categoria inteira; são o nível mais alto em que se identificam ações motoras similares na interação com os membros da categoria, social e biologicamente; os nomes que denotam os membros da categoria tendem a ser mais curtos; estas categorias são aprendidas mais cedo pelas crianças; e os termos desta categoria são usados em contextos “neutros”.

22 A categoria denotada por *ser humano* seria uma categoria superordenada, em relação a *homem* e *mulher*, pelos seguintes motivos: esta categoria é aprendida mais tardiamente pelas crianças; os nomes desta categoria tendem a ser morfologicamente mais complexos; e não é possível formar uma única imagem mental para representar os membros da categoria.

Analisando um exemplo no qual o masculino genérico é particularmente evidente, os nomes de profissão, uma subcategoria de uma profissão (os membros masculinos ou os membros femininos) representaria, “por excelência”, a categoria como um todo. Em cada categoria (profissão) haveria membros mais centrais, portanto, mais representativos. Assim, em profissões estereotipicamente masculinas, os membros mais centrais, portanto mais prototípicos dessa categoria, seriam homens. Essa subcategoria (homens dentro de uma profissão) seria usada em lugar da categoria (profissão) como um todo<sup>23</sup>. No caso de profissões exercidas predominantemente por mulheres, ocorreria o mesmo processo. Para exemplificar esses processos, tomemos como exemplos as categorias *médico* e *enfermeira*, a partir do enunciado reproduzido abaixo:

- (14) Médicos, enfermeiras e funcionários de saúde necessários para combater urgentemente o vírus da ébola, afirma a Agência de Saúde da ONU.

Em (13), percebemos que tanto *médicos* (flexionado no masculino) quanto *enfermeiras* (flexionado no feminino) são utilizados genericamente. Pelo contexto, podemos inferir que esses dois nomes denotam, respectivamente, “médicos e médicas” e “enfermeiras e enfermeiros”. No entanto, para uma categoria utiliza-se um nome masculino, e, para a outra, um nome feminino. Essas assimetrias são ilustradas nas figuras abaixo:

Figura 2. Modelo metonímico da categoria *médic-*

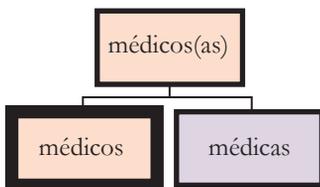
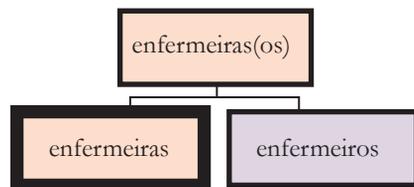


Figura 3. Modelo metonímico da categoria *enfermeir-*



O masculino genérico seria assim uma espécie de efeito prototípico decorrente da diferença de centralidade entre os membros dentro de uma categoria, e essa diferença estaria inscrita nos modelos cognitivos idealizados (MCI) ativados por itens lexicais ou construções gramaticais.

23 Cf. Lakoff (1987, p. 79, 85) sobre a importância dos estereótipos culturais na estruturação dos modelos metonímicos, e conseqüentemente na manifestação dos efeitos prototípicos.

MCI, pois, dão origem a julgamentos de centralidade gradiente sobre membros de uma categoria, um fenômeno que é geralmente descrito como efeitos prototípicos (CROFT; CRUSE, 2004, p. 32).<sup>24</sup>

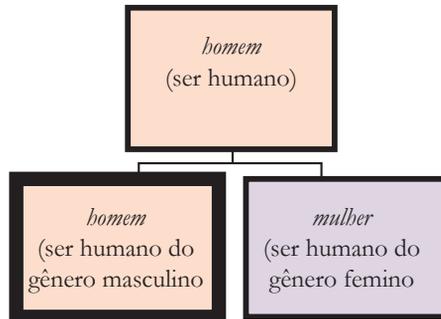
Voltando ao exemplo em (13), a palavra *médicos* evoca um MCI que traz consigo várias informações como, por exemplo, os conceitos de ‘hospital’, ‘paciente’, etc., e, também, aquela que mais nos interessa aqui, o estereótipo de gênero associado a essa profissão. Assim, faria parte do modelo cognitivo idealizado a informação de que “médicos geralmente são homens”. Considerando que esta seja ainda uma profissão estereotipicamente masculina, os membros mais centrais (e cognitivamente mais salientes) dessa categoria seriam os médicos (homens), e os membros mais periféricos, as médicas (mulheres). Devido à característica de os membros mais centrais de uma categoria serem usados em lugar da categoria como um todo, neste caso em particular os membros masculinos da categoria seriam utilizados para representar a categoria inteira.

Uma observação que pode corroborar essa hipótese é que o mesmo processo parece ocorrer também no que chamamos de “feminino genérico”, quando o gênero gramatical feminino é usado genericamente em contextos nos quais as mulheres são mais visíveis, notadamente em algumas profissões. Nesses casos, o “feminino genérico” evocaria um MCI em que as mulheres são mais salientes cognitivamente, como na situação descrita no enunciado (13), no qual o nome feminino *enfermeiras* denota tanto mulheres quanto homens, conforme se pode inferir pelo contexto.

A mesma linha de raciocínio aplicada ao exemplo dos nomes de profissão poderia ser estendida para casos mais gerais como, por exemplo, à referência genérica a seres humanos. Assim, o gênero gramatical masculino poderia ser considerado o gênero prototípico em relação ao gênero gramatical feminino na representação cognitiva do gênero humano, conforme se percebe pela polissemia da palavra *homem*.

---

<sup>24</sup>“ICMs thus give rise to judgements of graded centrality to members of a category, a phenomenon that is usually described as prototype effects” – no original em inglês, tradução nossa.

Figura 4. Modelo metonímico da categoria *humano*

## CONCLUSÃO

Conforme vimos no início deste artigo, a explicação do masculino genérico pelo conceito de gênero não marcado apresenta alguns problemas, e a identificação deles foi o ponto de partida para a proposição de um novo modelo explicativo sobre o masculino genérico. Este novo modelo teórico aqui proposto, baseado no conceito de “gênero prototípico”, poderia explicar mais adequadamente a assimetria do masculino em relação ao feminino na denotação do gênero humano, e também pode dar conta dos casos “excepcionais” em que o feminino parece ser o gênero “não marcado”, na visão tradicional. Outras vantagens deste modelo teórico é que ele é sensível a fatores que aquele baseado no conceito de “gênero não marcado” desconsidera, como: o uso linguístico (que envolve a interface semântica/pragmática, sem distingui-las necessariamente); a frequência de uso; o conhecimento enciclopédico (aqui se incluem os estereótipos culturais); e processos cognitivos mais gerais, notadamente os processos metonímicos, através dos quais tomamos a parte pelo todo. Neste caso, *homem* por *humano*.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AIKHENVALD, A. Y. The Arawak language family. In: DIXON, R. M. W.; AIKHENVALD, A. Y. (Eds.). *The Amazonian Languages*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 65–107.

BACKER, M. D.; CUYPERE, L. D. The interpretation of masculine

personal nouns in German and Dutch: a comparative experimental study. *Language Sciences*, v. 34, n. 3, p. 253–268, 2012.

BORGES, J. Sobre línguas, mundos, gêneros etc. In: BRUNELLI, A. F.; MUSSALIM, F.; FONSECA-SILVA, M. C. (Eds.). *Língua, texto, sujeito e (inter)discurso*. São Carlos, SP: Pedro & João Editores, 2013. p. 129–140.

BRIERE, J.; LANKTREE, C. Sex-role related effects of sex bias in language. *Sex Roles*, v. 9, n. 5, p. 625–632, 1983.

BUCK, C. D. *A Dictionary of Selected Synonyms in the Principal Indo-European Languages: A Contribution to the History of Ideas*. Chicago: University of Chicago Press, 1949.

BYBEE, J. Markedness: Iconicity, Economy, and Frequency. In: *The Oxford Handbook of Linguistic Typology*. Oxford: Oxford University Press, 2010. p. 131–47.

CALDAS-COULTHARD, C. R. Caro Colega: exclusão lingüística e invisibilidade. In: *Leituras em rede: gênero e preconceito*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2007. p. 373–389.

CÂMARA, J. M. Considerações sobre o gênero em português. In: *Dispersos de J. Mattoso Câmara Jr.* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Serviço de Publicações, 1972. p. 115–129.

CAMERON, D. What has gender got to do with sex? *Language & Communication*, v. 5, n. 1, p. 19–27, 1985.

CHAFE, W. L. *Seneca morphology and dictionary*. Washington: Smithsonian Press, 1967.

CHESTNUT, E. *When I talk about a student, is it understood that he could be a girl? An analysis of on-line processing of generic pronouns*. Senior Thesis. Claremont, CA, EUA: Pomona College, 2010.

COLE, C. M.; HILL, F. A.; DAYLEY, L. J. Do masculine pronouns used generically lead to thoughts of men? *Sex Roles*, v. 9, n. 6, p. 737–750, 1983.

- CORBETT, G. G. *Gender*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- CROFT, W.; CRUSE, D. A. *Cognitive Linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- DUMÉZIL, G.; LÉVI-STRAUSS, C. *Féminisation des titres et des fonctions*. Disponível em: <<http://www.academie-francaise.fr/actualites/feminisation-des-titres-et-des-fonctions>>. Acesso em: 2 jul. 2014.
- ESTEVEVES, J. Carolina Beatriz Ângelo. *Faces de Eva*: Estudos sobre a Mulher, n. 11, 2004.
- FRIAS, M. C. G. A propósito do masculino genérico em português. Actas do XIV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística. *Anais...* In: XIV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística. Aveiro: 30 de setembro de 1998.
- FRIEDERICI, A. D.; JACOBSEN, T. Processing grammatical gender during language comprehension. *Journal of psycholinguistic Research*, v. 28, n. 5, p. 467–484, 1999.
- GABRIEL, U. et al. Au pairs are rarely male: Norms on the gender perception of role names across English, French, and German. *Behavior Research Methods*, v. 40, n. 1, p. 206–212, fev. 2008.
- GABRIEL, U.; GYGAX, P. Can societal language amendments change gender representation? The case of Norway. *Scandinavian Journal of Psychology*, v. 49, n. 5, p. 451–457, out. 2008.
- GASTIL, J. Generic pronouns and sexist language: The oxymoronic character of masculine generics. *Sex roles*, v. 23, n. 11-12, p. 629–643, 1990.
- GIVÓN, T. *On Understanding Grammar*. New York: Academic Press, 1979.
- GYGAX, P. et al. Some grammatical rules are more difficult than others: The case of the generic interpretation of the masculine. *European journal of psychology of education*, v. 24, n. 2, p. 235–246, 2009.

HAMILTON, M. C. Using masculine generics: Does generic he increase male bias in the user's imagery? *Sex roles*, v. 19, n. 11-12, p. 785–799, 1988.

HASPELMATH, M. Against markedness (and what to replace it with). *Journal of Linguistics*, v. 42, n. 1, p. 25, 2006.

JAKOBSON, R.; POMORSKA, K. *Diálogos*. Trad.: Elisa Angotti Kossovitch et al. São Paulo: Cultrix, 1993.

LAKOFF, G. Classifiers as a reflection of mind: a cognitive model approach to prototype theory. In: Craig, C.(org) *Nouns classes and categorization*. Amsterdam, John Benjamins, 1986.

LAKOFF, G. *Women, fire, and dangerous things: what categories reveal about the mind*. Chicago: University of Chicago Press, 1987.

MACKAY, D. G.; FULKERSON, D. C. On the comprehension and production of pronouns. *Journal of Verbal Learning and Verbal Behavior*, v. 18, n. 6, p. 661–673, 1979.

MADSON, L.; HESSLING, R. M. Readers' perceptions of four alternatives to masculine generic pronouns. *The Journal of social psychology*, v. 141, n. 1, p. 156–158, 2001.

MARTIN, J. W. Gênero? *Revista Brasileira de Linguística*, v. 2, n. 1, p. 3–8, 1975.

MERRITT, R. D.; KOK, C. J. Attribution of gender to a gender-unspecified individual: An evaluation of the people=male hypothesis. *Sex Roles*, v. 33, n. 3-4, p. 145–157, 1995.

MEYERS, M. W. Current generic pronoun usage: An empirical study. *American Speech*, v. 65, n. 3, p. 228–237, 1990.

NG, S. H. Androcentric coding of “man” and “his” in memory by language users. *Journal of Experimental Social Psychology*, v. 26, n. 5, p. 455–464, 1990.

POSENTI, S. *Questão de gênero*.

Disponível em: <<http://cienciahoje.uol.com.br/colunas/palavreado/questao-de-genero>>. Acesso em: 10 abr. 2013.

SAUSSURE, F. *Cours de Linguistique Générale*. Paris: Éditions Payot & Rivages, 1997.

STAHLBERG, D.; SCZESNY, S.; BRAUN, F. Name Your Favorite Musician: Effects of Masculine Generics and of their Alternatives in German. *Journal of Language and Social Psychology*, v. 20, n. 4, p. 464–469, 2001.

WASSERMAN, B. D.; WESELEY, A. J. ¿Qué? Quoi? Do Languages with Grammatical Gender Promote Sexist Attitudes? *Sex Roles*, v. 61, n. 9-10, p. 634–643, 2009.

WILSON, E.; NG, S. H. Sex bias in visual images evoked by generics: A New Zealand study. *Sex roles*, v. 18, n. 3-4, p. 159–168, 1988.

WILSON, L. C. The inclusion of males and females in generic nouns. *Contemporary Educational Psychology*, v. 4, n. 1, p. 40–46, 1979.